

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO

ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO: saberes tradicionais dos(as)
agricultores(as) camponeses(as) da comunidade Rural Córrego do Marreco,
Município de Coimbra-MG.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO

**ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO: saberes tradicionais dos(as)
agricultores(as) camponeses(as) da comunidade Rural Córrego do Marreco,
Município de Coimbra-MG.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr. Marilda Teles Maracci

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

TALITA DE CÁSSIA FRANCISCO

**ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO: saberes tradicionais dos(as)
agricultores(as) camponeses(as) da comunidade Rural Córrego do Marreco,
Município de Coimbra-MG.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

APROVADA: 28 de novembro de 2016

Marilda Teles Maracci (Orientadora) DGE/UFV

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (DGE/UFV)

Higor Mozart Geraldo Santos (DGE/UFV)

“Um diálogo, uma conversa entre pessoas onde cada um escuta o outro antes de falar, e onde cada um ensina ao que aprende, aprendendo com ele.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Dedico esta conquista a Deus, meu maior amigo, que guiou meus passos e sempre esteve comigo, mesmo nos momentos em que achava que estava só e me segurou com seu amor de pai. À Santa Faustina, que acolheu minhas orações.

Ao meu pai José e especialmente à minha mãe Maria, uma mulher humilde que com seu trabalho no campo e suas orações pôde ver sua filha formada. À minha irmã Rita, que sempre se orgulhou de mim e apoiou-me nessa caminhada, estivemos unidas até o fim, juntas! Ao meu amor, Bismark, pela compreensão e apoio durante esses anos.

Aos amigos que fiz ao longo desses anos, que me motivaram e me ajudaram a levantar mesmo eu pensando em desistir.

Aos agricultores e agricultoras que permitiram que eu entrasse, mesmo que por alguns dias, em seu mundo de vida.

Aos mestres que contribuíram para minha formação desde a educação básica. . Especial agradecimento a Prof.^a Marilda Teles Maracci por me fazer crescer pessoal e profissionalmente e me mostra que o melhor de mim ainda estava escondido. Obrigada pela paciência e pela doação. Levo para toda vida com muita admiração e carinho os ensinamentos que recebi.

Obrigada a tod@s que fizeram parte da minha história!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE TABELAS	VII
RESUMO	VIII
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 O CAMINHO PERCORRIDO.....	10
2 CAPÍTULO 2: SABERES POPULARES E SABERES CIENTÍFICOS: CONFLITOS, ENCONTROS, DIÁLOGOS, TROCAS.....	20
2.1 CONFLITOS E LUTAS FRENTE A IMPOSIÇÃO DA TÉCNICA CIENTÍFICA-MODERNA.....	22
2.2 AGROECOLOGIA: UM ENCONTRO DE SABERES.....	24
3 CAPÍTULO 3: A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.....	27
4 A COMUNIDADE CÓRREGO DO MARRECO.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
8 ANEXOS: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	46

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Localização de Coimbra em Minas Gerais.....</i>	<i>12</i>
<i>Figura 2: Famílias que sobrevivem do trabalho no campo</i>	<i>32</i>
<i>Figura 3: Cultivo para venda de produtos.....</i>	<i>32</i>
<i>Figura 4: Cultivo de subsistência</i>	<i>33</i>
<i>Figura 5: Fonte de rendas das famílias</i>	<i>36</i>
<i>Figura 6: Mapa da comunidade antigamente. Representação feita pelas famílias entrevistadas.</i>	<i>38</i>
<i>Figura 7: Construção do mapa participativo</i>	<i>38</i>
<i>Figura 8: Mapa da comunidade atualmente - elaboração coletiva.</i>	<i>39</i>

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1: Caracterização das Famílias</i>	34
--	----

RESUMO

Temos no Brasil, um cenário social e espacial produzido pela lógica produtivista capitalista no qual o modelo de uma agricultura que é socialmente excludente e ambientalmente insustentável tornou-se hegemônico, pois impõe às famílias agricultoras camponesas uma adaptação às condições produzidas desde a "revolução verde", no contexto moderno. Os (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) representam neste cenário hegemônico, um movimento de luta e resistência em meio à dominação e exploração das grandes empresas que desconsideram as populações que chamamos tradicionais¹ e o seu modo de vida, pautado na aproximação cada vez maior com a natureza. Essa materialização da resistência acontece no território e é fruto das territorialidades produzidas no dia a dia. No entanto, o grande avanço do agronegócio no Brasil contribui significativamente para a perda de território do agricultor camponês. É evidente a importância dos agricultores camponeses bem como dos saberes que estes trazem, entretanto, poucos são os mecanismos que atuam para que todo este conhecimento seja reconhecido. Um dos movimentos que atuam na promoção do diálogo e troca entre o saber popular e o saber científico é a Agroecologia. Dado a extrema importância, faz-se necessário que reforcemos a entrada destas epistemes em diálogo, troca e encontros com o campo científico a fim de que as diversas complexidades destes saberes tradicionais populares componham o processo de elaboração dos saberes dentro da academia. Em outras palavras, pretende-se que haja um diálogo interepistêmico dentro do ambiente da produção científica. O presente trabalho aborda tais questões procurando compreender melhor o vasto mundo do/a agricultor(a) familiar camponês(a). A pesquisa foi realizada com oito famílias da Comunidade Córrego do Marreco município de Coimbra-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Saber popular, Agricultor (a) camponês (a), Resistência.

¹ Consideramos culturas, povos e/ou populações tradicionais aquelas cujos conhecimentos e ou/saberes, sempre muito vastos e mesmo complexos envolvendo natureza e cultura, foram forjados e transmitidos via oral ao longo de várias gerações (quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, camponesas, pescadores artesanais, entre muitas), incluindo ancestralidades imemoriais, a exemplo das comunidades originárias ou indígenas, claramente distintas da sociedade envolvente. "Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues 1983). Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes." (DIEGUES, 1999/2000, p.39).

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é fruto de minhas raízes no campo, uma trajetória de vida traduzida por uma forma de compreensão da natureza enquanto um elemento central, fonte de vida e base das nossas relações, a natureza vista não como um obstáculo, mas como uma unidade, uma natureza articulada com a sociedade. Tais influências me motivaram realizar um trabalho de pesquisa que contribuísse de alguma forma para valorizar os agricultores e agricultoras bem como o seu riquíssimo conhecimento.

Desta forma, o trabalho de pesquisa aqui realizado tem como tema principal os saberes tradicionais dos agricultores (as) camponeses (as), sobre o olhar da comunidade Córrego do Marreco, zona rural de Coimbra-MG, na qual fui criada.

O título do trabalho procurou evidenciar de forma clara e objetiva a ideia central da pesquisa, reforçando que os saberes tradicionais perpassam pelo passado e se materializam no presente dos (as) agricultores (as) que permanecem e resistem no campo.

O trabalho está estruturado em três capítulos, organizados de forma a apresentar um fio condutor que nos leva a refletir e perceber as várias nuances que envolvem a vida dos agricultores e agricultoras camponesas, seus desafios enfrentados no dia a dia para resistir a imposição das exigências modernas bem como as relações que envolvem sujeitos sociais carregados de ideologias e que fazem parte da natureza. O trabalho dialoga sobre os saberes destes agricultores (as), saberes que permanecem e são recriados apesar de todos os desafios impostos pelas externalidades.

O capítulo 1 “Os Diferentes Mundos de Vida: territórios e territorialidades” apresenta uma breve contextualização sobre o processo de ocupação territorial brasileiro em relação ao meio rural a fim de evidenciar as raízes históricas de um processo excludente marcado por hierarquias. Esse processo influenciou o sistema produtivo do nosso país que é baseado na exploração da natureza para retirada de seu recurso sem se preocupar com as consequências para a sociedade. O capítulo apresenta ainda, o agricultor camponês, suas lutas e resistências frente ao modelo hegemônico do agronegócio, bem como a materialização desta resistência no território.

No capítulo 2 “Saberes Populares e Saberes Científicos: conflito, encontro, diálogo, troca...” é realizada uma discussão sobre os saberes tradicionais dos agricultores (as) camponeses (as), saberes que são invisibilizados. O capítulo discute a importância do

diálogo e do relacionamento entre os diferentes conhecimentos, demonstrando que o processo e/ou dinâmica da produção do conhecimento não se restringem apenas ao ambiente acadêmico. O capítulo ainda mostra a Agroecologia enquanto uma possibilidade, um movimento de diálogo e de encontro de saberes, considerando que o pilar da Agroecologia está fundamentado no respeito e na valorização dos conhecimentos de agricultores e agricultoras.

No capítulo 3 “A Agricultura Familiar Camponesa e os Movimentos de Resistência” é apresentado o conceito de agricultura familiar dando destaque para a agricultura camponesa enquanto uma das formas sociais da agricultura familiar. O capítulo destaca os movimentos de resistência da agricultura familiar camponesa frente ao capitalismo representado atualmente pelo agronegócio e que tem suas raízes paradigmáticas no processo de colonização e seu aprofundamento na chamada “Revolução Verde”. O texto ainda discute sobre um conceito que representa o movimento de resistência, a recampesinização.

Considerando o que foi exposto, minha pesquisa buscou compreender as raízes históricas que marcam as populações tradicionais que neste trabalho é representado pelo(a) agricultor(a) familiar camponês. Buscou evidenciar a importância do agricultor (a) camponês (a) e dos saberes que estes trazem bem como os mecanismos que atuam para que este riquíssimo conhecimento seja reconhecido. A pesquisa procurou também demonstrar os conflitos e lutas dos povos tradicionais para resistirem à imposição da técnica científica-moderna que cada vez mais reforça um discurso de sociedades humanas fora da natureza, lógica essa antagônica ao modo de ser e viver dos povos tradicionais.

1.1 O Caminho Percorrido

Esta pesquisa pretendeu dialogar com os saberes populares que envolvem o cotidiano dos agricultores e agricultoras familiares, saberes estes que envolvem dimensões culturais, sociais, simbólicas, físicas (dialogando com áreas do saber científico tais como climatologia/meteorologia, pedologia e paisagística, entre tantos, constituindo seus territórios-territorialidades, buscando, assim, identificar como o modo de vida dessas pessoas, bem como os laços construídos com o território e com o lugar, têm relação direta com as práticas ambientais na perspectiva da sustentabilidade ecológica.

Partindo disso, esta pesquisa aqui apresentada deu-se a partir da seguinte trajetória metodológica: Caracterização do objeto de pesquisa através da pesquisa exploratória,

sendo que, na pesquisa final realizaram-se as seguintes fases: 1) Caracterização do procedimento de pesquisa; 2) Entrevistas semi-estruturada 3) Técnicas da Cartografia Social; 4) Sistematização dos Resultados.

A Cartografia Social ou mapa participativo se baseia na participação da população local na elaboração de suas representações expressando-as através de mapas. Esta técnica, segundo Emerson dos Santos (2011) se caracteriza como sendo uma área da cartografia participativa ou cartografia social e teve grande impulso na década de 1990 envolvendo tanto setores privados como públicos além das populações tradicionais.

As técnicas da Cartografia Social possibilitam que os envolvidos elaborem um mapeamento para além do propósito participativo, ou seja, como protagonistas do que será representado nessa cartografização. A utilização deste procedimento metodológico permite que as percepções dos agricultores em relação ao espaço em que vivem possam ser representadas de forma simbólica através dos mapas, sejam percepções sociais, culturais ou físicas (MILAGRES 2011).

Neste trabalho, a cartografia social foi utilizada em uma perspectiva de uma cartografia social enquanto ferramenta de luta dos povos subalternizados (EMERSON DOS SANTOS, 2011). Este processo está carregado de intencionalidades considerando as diferentes leituras que este instrumento pode adquirir, ao pensarmos por exemplo, na cartografia produzida pelo capital. Desta forma, o que aqui se almejou alcançar foi uma cartografia que evidenciasse o território e a territorialidade (identidade) de uma população historicamente silenciada, tendo em vista o modelo excludente e dominador de produção por uma minoria que em nossa sociedade, é representada pelos detentores do capital.

A utilização desta técnica na pesquisa aqui apresentada buscou reconhecer e valorizar as experiências, os saberes e/ou toda bagagem cultural que os moradores da comunidade rural Córrego do Marreco trazem consigo. Este método participativo buscou ainda reconhecer estes sujeitos, respeitando suas identidades representadas pelos seus valores, crenças e símbolos. Nas palavras de Emerson dos Santos,

A valorização de identidades inerente à construção dos mapas enquanto representações ganha(...) um componente centralmente político, pois é na vivência de conflitos, interlocuções, embates e articulações que são engendrados os esforços mobilizatórios de ação coletiva que constituem os grupos que se põem em processo cartográfico. Cada mapa produzido trata-se, portanto, de uma leitura contextualizada da realidade. (EMERSON DOS SANTOS, 2011,p.7).

A cartografia social, portanto, permite uma aproximação maior com os atores envolvidos no processo de investigação sendo que, estes, fazem parte de todo o processo de construção e elaboração da pesquisa, não ficando restrito ao papel de objetos ou de meros receptores.

A pesquisa foi desenvolvida na comunidade rural Córrego do Marreco, localizada no município de Coimbra-MG.



Figura 1: Localização de Coimbra em Minas Gerais
Fonte: IBGE

CAPÍTULO 1: OS DIFERENTES “MUNDOS DE VIDA”: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

O processo de ocupação territorial do Brasil no que diz respeito ao ambiente rural foi definido pela distinção de dois grupos, essencialmente, os Indivíduos escravizados e os Senhores (ZANELLI, 2015). Esta distinção evidencia a marca do Brasil colonial que é presente no cenário do sistema agrário brasileiro, comandado por grandes oligarquias e que prioriza o modelo chamado de agrário exportador. Este modelo tem como principal característica a inserção de grandes propriedades rurais, representadas atualmente pelas multinacionais (LOSEKAN, et al. 2010). Neste processo, o espaço rural foi sendo apropriado e moldado pela imposição do modelo político, econômico e ideológico do capital, o que influenciou significativamente o modo produtivo do nosso país.

Este modelo baseia-se na utilização dos recursos naturais baseado no ideário de “desenvolvimento” que considera a natureza como algo a ser explorado e dominado, sem pensar nas consequências desta dominação. Essa utilização evidencia a visão da natureza sob a lógica do capital, com exploração abusiva de seus recursos, por meio da evolução das técnicas. De acordo com Milton Santos (1997), há uma resignificação da natureza, pois a posição da natureza foi mudada no sistema espaço temporal, se antes as coisas eram dádivas da natureza para satisfazer as necessidades da sociedade, com a introdução das técnicas e da divisão social do trabalho, elas passaram a ser um objeto do processo de produção.

A natureza adquiriu condição de objeto e as populações tradicionais, por se constituírem por relações de continuidade sociocultural, histórica e identitária envolvendo as dimensões física e cultural, sociedades integradas à natureza, portanto, passou a ser subjugada pelo grande capital por seu modo de ser e viver antagonizar com a lógica produtivista capitalista. O pensamento hegemônico, ocidental moderno, portanto, considera o “homem” como sendo um ser “fora da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.35). Ideia que se antagoniza ao modo de vida dos agricultores camponeses². Tal ideal de homem enquanto ser não-natural reforça a lógica da mercantilização da natureza e da maximização das potencialidades econômicas dos seus recursos, com vistas à geração de lucros cada vez maiores.

² Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica.

WANDERLEY, 2004, p. 45).

A natureza, portanto, tornou-se recurso usado por alguns grupos, a exemplo do setor hegemônico do agronegócio que expande cada vez mais suas áreas de monocultura. O que temos é um cenário de “dominação do homem” povos tradicionais “pelo homem” agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 43). Esta coisificação da natureza e do homem, elementos a serem dominados e explorados, revela a opressão de várias sociedades por aqueles que detêm o capital e, conseqüentemente, detêm o poder, conforme colocado por Porto-Gonçalves:

A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, *o homem*, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos homens não passa, ela também, de objeto que pode até ser descartado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26).

Desta forma, as marcas do passado podem ser percebidas no modelo agrário brasileiro atual, representadas pela introdução das técnicas, pelo avanço do capital e pela concentração de terras nas mãos de grandes empreendedores que desconsideram a importância do cuidado com a natureza, pensando apenas no seu uso enquanto recurso a ser explorado para fins de concentração de riqueza.

O modo de nos relacionarmos com a natureza a partir da lógica de uma natureza reduzida a recurso está alicerçado no modelo de agricultura industrial representada pela chamada "Revolução Verde". Este modelo considerado como marco da evolução técnica e moderna do campo está ancorado no discurso regulador e hegemônico do neoliberalismo, modelo carregado de ideologias. Lander sintetiza esta questão ao contrapor que este modelo impõe na realidade uma “(...) concepção segundo a qual nos encontramos numa linha de chegada, sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal (...)” (LANDER, 2005, p. 8).

A chamada "Revolução Verde" marcou portanto, a introdução das técnicas e da informação no processo produtivo através do chamado "melhoramento genético". Em linhas gerais, a “Revolução Verde” marca o que Porto-Gonçalves (2012, p. 241) chama de “agricultura sem agricultores” considerando que a mão de obra humana deu lugar aos sofisticados maquinários e ao uso intensivo dos agrotóxicos que passa neste momento, a ser o carro chefe das grandes empresas, especialmente aquelas que compõem os impérios alimentares (PLOEG, 2009).

Este processo marca ainda uma aliança entre grandes setores do grande capital que através de um processo de controle e de dominação da técnica e da ciência, conseguem exercer seu poder sobre todo o processo produtivo, inclusive sobre os

agricultores, que se veem “obrigados”, considerando o processo coercitivo e de imposição do sistema capitalista, a se adaptarem a nova realidade, como bem coloca Porto-Gonçalves (2012).

(...)esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de semente, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 243-244).

Por outro lado, temos outro modo de relacionamento que é "com a natureza" e não "contra a natureza", ou seja, a natureza pensada-concebida em seus vários sentidos: fonte de produção da vida, o espaço no âmbito do lugar, onde se dão as relações humanas e se desenvolve a cultura e a identidade. A identidade neste processo assume importância significativa, considerando ser esta a base para a construção da territorialidade, que está pautada nas relações sociais estabelecidas por um grupo social, neste caso pensando na relação das populações tradicionais com a natureza, no dia a dia do campo.

Este outro modo de concepção de natureza que as populações tradicionais experienciam se contrapõe à lógica do capital que a torna cada vez mais tecnicizada e artificializada e desconsidera essas populações que não veem a natureza simplesmente como recurso, mas a partir de uma concepção e relação integrada da natureza e dos seus elementos através de uma intervenção e uma apropriação que respeita a sustentabilidade dos agroecossistemas³. A natureza portanto, não é vista de forma isolada por esses povos, ela é parte deles da mesma forma que eles fazem parte dela (DIEGUES, 2000).

Opondo-se a esta lógica, os grandes empreendedores reduzem a natureza à fonte de recursos para ampliar seus lucros. Os custos disso são pagos pelas populações que a utilizam primordialmente como fonte de vida representada pela necessidade da produção dos elementos de subsistência ou bens materiais, pelas questões que envolvem a identidade e a cultura visto como um processo de pertencimento e de afirmação do meio em que o indivíduo está inserido. Daí a importância do resistir para preservar a cultura das populações tradicionais pois a cultura é o que mantém viva o sentimento de

³ Agroecossistemas inclui os córregos e as nascentes, as características e uso do solo, os tipos de plantio, as árvores nativas, os animais domesticados e silvestres, abelhas e demais insetos, as plantas espontâneas, infestações e dificuldades na produção familiar, a integração entre agricultura e criação animal, entre outros. Muggler, et al. 2016. p. 10.

pertencimento e resistência. Um povo cuja cultura é suprimida é socialmente morto enquanto povo!

As "sociedades da natureza", como diria Descola (1996, in Escobar, 2005), e as suas diferentes formas de manifestações culturais estão integradas com natureza, como aponta Escobar (2005): “os seres vivos e não vivos, e com frequência supranaturais não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados - definitivamente não são vistos como esferas opostas da natureza e da cultura - e considera-se que as relações sociais abarcam algo mais que aos seres humanos” (ESCOBAR, 2005.p 65). Esse entendimento se contrapõe à racionalidade hegemônica capitalista, que é imposta como referência única, padrão a ser seguido e onde ele não existe, afirma-se que precisa ser criado. O paradigma do desenvolvimento econômico é instituído como perspectiva social neste processo de dominação. Mas, que desenvolvimento é esse? O conceito de desenvolvimento não é o mesmo para todas as sociedades. O que se verifica é um desenvolvimento a partir da geração da riqueza obtida pelo trabalho da maioria e apropriada por uma minoria, pela concentração da riqueza que se dá através da exploração do trabalho e da renda da maioria da população.

O diálogo estabelecido até o momento nos permite constatar que temos no Brasil, um cenário social e espacial produzido pela lógica produtivista capitalista no qual o modelo de uma agricultura que é socialmente excludente e ambientalmente insustentável tornou-se hegemônico, pois impõe às famílias agricultoras camponesas uma adaptação às condições produzidas desde a "revolução verde", no contexto moderno.

Dentre as características desse processo, a prática da monocultura em grande escala figura como central e é desenvolvida com a finalidade de negócios que movimentam a produção de *commodities*. Trata-se do chamado "agro-negócio" que é profundamente antagônico com a "agri-cultura". Segundo Porto-Gonçalves (2012, p. 282-283) “a cultura, vê-se, está associada à distribuição da riqueza no sentido forte da palavra e não necessariamente ao negócio. Eis o contraste entre a agricultura e o agronegócio. Mais uma vez, não se pode confundir riqueza com dinheiro”.

Os agricultores familiares camponeses representam neste cenário de adversidades a resistência em meio à dominação e exploração das grandes empresas que, movidas pelo capital desconsideram as populações tradicionais e o seu modo de vida específico, pautado no trabalho familiar cuja terra ocupa a centralidade existencial

Neste contexto, figura-se o cenário das resistências camponesas, resistências estas que impedem que as raízes e tradições do campesinato sejam eliminadas. As resistências camponesas se manifestam através das reações cotidianas camponesas seja pela busca por autonomia no trabalho na terra, pela manutenção do trabalho familiar e local, ou pela defesa do direito de produzir sem o uso de agrotóxico, lutando contra os incentivos para compra dos mesmos. A resistência, como coloca Ploeg (2009), está presente em um movimento atual da agricultura que é representado pela Agroecologia, conceito que será trabalhado em outro capítulo. Ploeg ainda coloca que:

A resistência é encontrada em uma ampla gama de *práticas* heterogêneas e crescentemente interligadas, por meio das quais o campesinato se constitui como sendo *essencialmente diferente*. Essas práticas só podem ser entendidas como uma expressão, se não como uma materialização, da resistência. (PLOEG, 2009, p. 26-27).

Essa materialização da resistência acontece no território que é fruto das territorialidades produzidas no dia a dia, no entanto, o grande avanço do agronegócio no Brasil contribui significativamente para a perda de território do agricultor camponês. Zanelli (2015) aponta para um movimento que vem acontecendo ao longo dos anos influenciando significativamente o campo: “vem se produzindo no Brasil um processo de territorialização do agronegócio e desterritorialização da agricultura familiar camponesa” (ZANELLI, 2015, p. 62). Tal processo merece ainda mais nossa atenção considerando que o avanço do agronegócio trás consigo um cenário de imposição e dominação dos grandes produtores sob a égide discursiva respaldada na ideologia do “desenvolvimento” que se sobrepõe a um espaço considerado “atrasado”.

Pensar o território é pensar nas relações de poder estabelecidas neste território que são manifestadas pelas diferentes formas de apropriação sendo que, nele, está intrínseco os seus usos ou seja, a construção e reconstrução do espaço.

Podemos relacionar esses diferentes usos do território com as formas de apropriação do campo pela agricultura familiar camponesa e pelo agronegócio. Enquanto para o agronegócio o campo é visto apenas como potencial mercantil (ZANELLI, 2015), para os camponeses o campo é visto como território, “como espaço de vida, de trabalho e de produção da cultura, onde cabem todas as dimensões da existência humana” (ZANELLI, 2015, p. 60).

A relação de poder desigual marca a vida cotidiana dos camponeses considerando que, de um lado temos os agricultores com seu modo de vida específico e de outro o modelo hegemônico do agronegócio se apropriando dos territórios e modificando o estilo de vida e o trabalho dos agricultores. Haesbaert coloca que:

(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essas relações variam muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (HAESBAERT, 2006, p.121)

Percebemos portanto, que o território para o agricultor familiar camponês está na dimensão do vivido, ou seja, um espaço de (re)produção do seu modo de vida, da sua identidade e dos seus valores. Zanelli destaca que:

(...) é no território que as populações e as comunidades expressam sua materialidade e seu simbolismo (...) constroem a base social de sua existência, (re)produzem sua cultura, expressam sua relação de pertencimento e de uso/conhecimento do espaço. (ZANELLI, 2015, p. 62).

Para o agricultor familiar camponês os diferentes usos e formas de apropriação do território se referem também e principalmente às diferentes formas de se relacionar com a natureza, ou seja, uma relação harmoniosa na qual a natureza não está isolada ou externalizada, mas faz parte do todo, no qual ele se inclui. Do outro lado está a apropriação alicerçada no modo capitalista de apropriação que busca utilizar dos recursos da natureza por meio da dominação dos seus elementos (homem/sociedade e natureza), segundo Losekann:

As diferentes formas de uso e apropriação do território em determinado espaço-tempo expressam as práticas, os saberes, de cada grupo social. E mesmo com a pressão de uma ordem global hegemônica esses saberes permanecem através das gerações. (LOSEKANN; WIZNIEWSKY 2010, p. 10).

O território também está diretamente relacionado a territorialidade sendo que, as relações que acontecem nesse território refletem nas múltiplas territorialidades dos camponeses, compreendendo esta territorialidade como fruto das relações estabelecidas com e na terra. A territorialidade se materializa cotidianamente, desta forma podemos pensar em algo que não é estático mas que está em constante movimento, Raffestin considera que:

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Raffestin (1993) nos permite refletir que a territorialidade está na escala do vivido, em relação aos agricultores. Podemos pensar no que é vivido diariamente, seu trabalho na terra, suas relações com família com o lugar, com sua comunidade. Essa

territorialidade pode sofrer influências externas que podem modificá-las, mas, jamais apagar essa identidade pois, ela já está enraizada, e é isso que constitui o território para a família camponesa. Podemos pensar então em dois cenários bem distintos onde temos “um choque de duas territorialidades contraditórias”, (RAFFESTIN, 1993, p.17) fazendo com que o movimento de resistência seja uma necessidade.

2 CAPÍTULO 2: SABERES POPULARES E SABERES CIENTÍFICOS: CONFLITOS, ENCONTROS, DIÁLOGOS, TROCAS...

As questões levantadas até o momento evidenciam a importância dos agricultores camponeses bem como dos saberes que estes trazem, entretanto, poucos são os mecanismos que atuam para que este conhecimento seja reconhecido.

Desta forma, objetiva-se romper com o silêncio que se observa na academia em relação aos saberes tradicionais populares. Assim, diante dos desafios ambientais e civilizatórios, que a humanidade vivencia no atual momento histórico, como já dito no capítulo 1, é de suma importância que estes saberes encontrem visibilidade nos mais diversos meios e espaços das diversas relações sociais. Como colocado por Porto-Gonçalves “os conhecimentos podem dialogar, se relacionar. Enfim, o que se visa é um diálogo de saberes que supere a colonialidade do saber e do poder.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 52).

Do universo acadêmico sai a pretensa verdade sobre as coisas, caracterizando a hegemonia da ciência moderna, e isso torna esse espaço uma importante arena de disputa político-epistêmica. Essa disputa está ancorada em um discurso dominador baseado na imposição da técnica produzida no ambiente acadêmico sobre os outros tipos de técnicas. Cria-se um cenário hierárquico na qual para ser verdade precisa ser provado pela ciência, desvalorizando assim a técnica e os conhecimentos dos povos tradicionais. Rogério Haesbaert coloca que:

(...) o conhecimento é tão importante como a semente e o debate em que estamos imerso é de natureza claramente política, uma vez que o que se está a definir é se o conhecimento continuará disperso e inscrito na vida dos povos ou se será deslocado para o ambiente dos laboratórios, cada vez mais nas mãos das empresas privadas (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005, p.119).

O que é que vem junto com o propósito deste trabalho? Além do necessário reconhecimento dos saberes tradicionais populares diversos, problematizamos aqui que o silenciamento dos mesmos resulta ou, melhor dizendo, atua como um modo de produção de inferioridades, lógica essa tão necessária às relações de dominação de classe a partir dos critérios de hierarquização dos saberes, de racialidade, de gênero e de submissão do trabalho, tal como discute Quijano, ao colocar que:

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de

superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, p. 107).

Ou seja, podemos entender, por extensão de sentido, que a subalternização dos povos do campo e suas diversas formas tradicionais de ser e viver e dos povos originários desde os tempos das invasões coloniais, introduziu relações assimétricas de poder. Trazer para o espaço acadêmico os conhecimentos complexos produzidos imemorialmente pelas comunidades e povos que vivem no campo é um modo de questionar a pretensa universalização do saber tal como se verifica na hegemonia da produção científica moderna.

É de suma importância que haja um processo de valorização do conhecimento dos agricultores(as) sendo que, um dos meios de se atingir este objetivo é articulando o conhecimento científico e o saber popular naquilo onde se encontram. Esta pesquisa também se encaixa nesta perspectiva na medida que, buscando trabalhar com o saber popular do agricultor, busco valorizar os saberes produzidos.

Seria então, um modo de demonstrar para o ambiente científico que é fundamentado em matrizes epistêmicas eurocentradas, que os saberes tradicionais dos camponeses trazem soluções muito mais eficientes para determinados problemas e desafios ambientais, da ordem da segurança alimentar e das relações sociais e de poder. E como se pode fazer isso? Identificando possíveis diálogos e/ou encontros entre estes saberes.

Cabe destacar um movimento que atua na dimensão do diálogo e troca entre o saber popular e o saber científico, que é a Agroecologia. Este termo pode ser entendido como ciência, movimento ou como prática e está alicerçada sobre uma forma alternativa de agricultura que atenda as questões sociais, econômicas e ambientais de formas econômica, social, cultural e ambientalmente sustentáveis.

O pilar da agroecologia está fundamentado no respeito e na valorização dos conhecimentos de agricultores e agricultoras em processos de inovação orientados para a promoção de agroecossistemas mais sustentáveis. Como bem aponta Cardoso 2006.

Segundo o enfoque agroecológico, a produção de conhecimento não é uma atividade de domínio exclusivo dos profissionais da ciência, mas deve envolver a participação ativa de agricultores(as), desde a

definição dos problemas das pesquisas até a divulgação de seus resultados. (CARDOSO, 2006, p. 1).

Nesse sentido, é importante a visibilidade, desde que consentida, dos conhecimentos desses agricultores(as) que conseguem interpretar as várias formas de manifestação da natureza. Muitas vezes essas interpretações são atribuídas às pessoas que possuem aguçada sensibilidade de observação e que utilizam métodos populares de previsão de tempo e clima (FOLHES, 2007), por exemplo.

Esses conhecimentos estão relacionados ainda aos solos e sua associação com outros elementos da natureza, considerando que essas estratégias são desenvolvidas e implantadas na agricultura familiar camponesa, assim como entre povos originários. Tais saberes estão associados ainda à experiência de vida e a prática cotidiana do meio rural que a partir das experimentações diárias conseguem desenvolver estratégia para a produção (ARAÚJO, 2013) e reprodução.

Os agricultores e as agricultoras trazem, portanto, inúmeros saberes populares, saberes estes apreendidos através da vivência no dia-a-dia rural e que foram repassados por muitas gerações. Dado a extrema importância, faz-se necessário que reforcemos a entrada destas epistemes em diálogo, troca e encontros com o campo científico a fim de que as diversas complexidades destes saberes tradicionais populares componham o processo de elaboração de conhecimento dentro da academia. Em outras palavras, urge que ocorram diálogos interepistêmicos dentro do ambiente da produção científica.

A discussão estabelecida até o momento nos permite refletir sobre as possibilidades de articulação dos saberes dos povos tradicionais com os saberes produzidos no ambiente acadêmico. Tais possibilidades ganharam mais força a partir do momento que os profissionais que defendem e trabalham para a disseminação de um modelo mais sustentável de agricultura, começaram a participar e trabalhar em parceria com os agricultores (as). (PADULA et al 2013).

2.1 Conflitos e lutas frente a imposição da técnica científica-moderna

Vivemos um momento de maior abertura da academia em relação às problematizações aos efeitos da modernização da agricultura sobre a sociedade e a natureza. Tal fato é percebido através dos movimentos e das práticas de profissionais que abraçam os movimentos de resistência frente ao modelo de industrialização da ciência moderna. Tal mudança teve início considerando o desejo de muitos profissionais, como colocado no capítulo anterior, de que se tivesse uma ciência que se preocupasse

com os danos causados pela chamada “Revolução Verde” buscando, assim uma produção que respeite e trabalhe em consorcio com a natureza.

No entanto, muitos são os desafios frente a uma ciência ainda dominadora e monopolista que reconhece o desenvolvimento como sendo fruto única e exclusivamente das evoluções tecnológicas. Esta ciência chega ao meio rural impondo um modelo de agricultura baseado no pacote tecnológico para, posteriormente, atribuir a evolução produtiva à evolução tecnológica. Cria-se desta forma um processo vicioso e dominante que exclui e não reconhece o papel e a importância dos agricultores camponeses bem como dos conhecimentos que estes trazem, instituindo, assim, uma cisão profunda que separa conhecimento científico e conhecimento popular. Nas palavras de Petersen:

Mesmo na atualidade, não podemos afirmar que o desenvolvimento da agricultura é resultado exclusivo do progresso científico, como procuram fazer crer os arautos da industrialização da agricultura e do difusionismo tecnológico. Como artifício ideológico, pregam a negação do papel dos(as) agricultores(as) como agentes da produção e de disseminação de novidades, com isso procurando deslegitimar todo e qualquer conhecimento não-científico e reservando à comunidade acadêmica o monopólio da geração e da difusão de tecnologias. (PETERSEN et al 2009. p. 87).

Antônio Carlos Diegues também discute este modelo dominador sensibilizando-nos para as percepções de natureza dos povos tradicionais que veem a natureza de forma integrante não separando “natural” do “social” (DIEGUES 2000, p. 1).

Essas percepções de natureza são conhecimentos populares apreendidos pelas populações tradicionais através das vivências, das experimentações e observações, percepções estas que permitiu a essas populações conviverem com a diversidade de uma natureza que não é vista apenas como um recurso, como objeto, mas também como “um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico” (DIEGUES, 2000,p. 2).

Assim, prevalece o respeito mútuo entre todos os elementos, vivos ou mortos (humanos, animais, plantas) e as crenças que tangem essas populações. Dessa forma, o mundo tradicional é cercado de mitos, respeitos, conhecimentos, saberes e técnicas, onde não existe hierarquia ou qualquer sobreposição natural/social e sim uma interação entre tais elementos.

No entanto, para o conhecimento científico, o conhecimento dessa diversidade nada tem a ver com as populações tradicionais. Como é colocado por Diegues, para os cientistas “a biodiversidade é fruto exclusivo da natureza” (DIEGUES 2000, p. 3)

desconsiderando as interferências das populações tradicionais no local e criando um imaginário de natureza intocada.

As sociedades humanas atuam sobre a Natureza de forma dominadora, não se reconhecendo, portanto, como parte integrante dos elementos que a compõem. Temos aí um uma concepção dualista que envolve as dimensões da Natureza e da Sociedade: de um lado está o ser humano, que utiliza a tecnologia para usufruir dos recursos naturais, do outro, está a natureza, dominada e explorada, cujo motivo de sua existência é servir ao ser humano. Este é colocado numa posição etnocêntrica, na qual o ambiente (natural ou construído) é tido como seu “entorno”. (Dirce Suertegaray,2003).

Dirce Suertegaray (2010) remete ao esforço em estabelecer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, possibilitando assim, fazer conexões entre os conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais populares, sem obliteração ou sobreposição de qualquer linha de pensamento ou método científico.

Tais reflexões possibilitam compreendermos que a sociedade e a natureza não devem ser apreendidas somente pelo método científico (ciência moderna) mas, também considerando a diversidade de saberes que constitui a humanidade, inclusive os saberes populares chamados tradicionais.

2.2 Agroecologia: um encontro de saberes

Neste subcapítulo procurei demonstrar de que forma a agroecologia surgiu enquanto movimento que possibilita o encontro dos saberes tradicionais populares e saberes científicos.

A agroecologia chega ao Brasil no ano de 1980 como uma alternativa ao agronegócio através de técnicas que consideram os aspectos sociocultural, ambiental e econômico, reconhecendo os agricultores camponeses bem como os saberes que estes trazem (PETESERN, et al 2009). Emerge desta forma, um movimento que trabalha para o reconhecimento de que a natureza não deve ser instrumentalizada e apreendida somente pelo método científico, mas também considerando os saberes tradicionais. Segundo Petersen (2009):

(...) a construção do conhecimento agroecológico se faz pela articulação sinérgica entre diferentes saberes e recoloca a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre acadêmicos(as) e agricultores(as). Nessa ordem de ideias, o avanço da Agroecologia como paradigma científico exige a substituição do modelo diretivo e vertical adotado pelo difusionismo tecnológico por um modelo construtivista, baseado no diálogo de saberes. Mais do que mudanças nas atitudes individuais dos atores envolvidos, o exercício e o desenvolvimento dessa abordagem

interpela diretamente as instituições científico-acadêmicas, suas formas de organização e suas concepções para a ação. (PETERSEN *et al*, 2009,p.86)

A agroecologia também surge como um movimento de ressignificação dos saberes dos agricultores (as). Este movimento está relacionado ao resgate e a valorização da memória, considerando que memória é o que não deixa o passado ser esquecido, e quando pensamos no meio rural esta memória está ligada a figura do mais velho.

A memória das populações tradicionais está ligada também a uma narrativa oral, daí termos a figura do mais velho como centro da família camponesa. Segundo uma agricultora da Comunidade Córrego do Marreco, “o mais velho da casa era meu pai, ele era o esteio da casa, ele ensinou tudo pra nós, para os oito filhos, tudo que sabemos da terra foi ele quem ensinou, ele sabia a época de plantar tudo, que lua podia plantar, que mês, a gente fazia o que ele mandava até hoje eu faço do jeito que ele ensinou”. Observamos na fala que o mais velho era a figura protetora (o guardião), que amparava e dava suporte para a família.

Faz-se necessário observar que, apesar do patriarcalismo que hegemoniza as relações no campo, mulheres mais velhas nas comunidades camponesas e/ou tradicionais também exercem este mesmo papel de "guardião da memória".

O conhecimento científico, está relacionado à narrativa escrita, enquanto que o conhecimento popular à narrativa oral, ou "inscrita", como se refere Porto-Gonçalves. No conflito de racionalidades a história oral que se manifesta principalmente pela memória é desqualificada o que contribui para a marginalização dos saberes populares por parte da academia. Neste sentido o trabalho dos profissionais acima referidos ganha importância ao articular os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais populares.

A agroecologia portanto, utiliza o conhecimento científico a seu favor para que se tenha os conhecimentos das tecnologias agroecológicas comprovadas, fato já observado nos últimos anos. Assim, os saberes retratados através das memórias e da oralidade podem ser articulados com os saberes registrados através da escrita e esse diálogo contribui para o seu não desaparecimento. Porto-Gonçalves reflete sobre esta discussão ao colocar que:

No fazer há sempre um saber - quem não sabe não faz nada. Há uma tradição que privilegia o discurso - o dizer - e não o fazer. Todo dizer, como representação do mundo, tenta construir/inventar/controlar mundos. Mas há sempre um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe. Há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um saber do tato, do contato, dos sabores

e dos saberes, um saber com (o saber da dominação é um saber sobre). Há um saber ins-crito e não necessariamente es-crito. (PORT-GNÇALVES, 2006.p. 52).

Por último e não menos importante, considerando todo este viés, a agroecologia também assume uma representação de resistência para os agricultores considerando que, o próprio movimento de utilização da prática agroecológica vai contra o modelo de agricultura industrial que trabalha contra o tempo e os movimentos da natureza.

3 CAPÍTULO 3: A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.

Os(as) agricultores(as) desde os primórdios tempos criaram mecanismos específicos para desenvolver sua agricultura. Estes mecanismos, que melhor são classificados como conhecimentos tradicionais ou saberes populares, foram as bases de construção histórica da chamada Agricultura Familiar Camponesa e está presente em nossa sociedade enquanto uma forma social. (MARQUES, 2008).

Partindo desse entendimento, o conceito de agricultura familiar deve ser entendido como agricultura em que o cultivo da terra é realizado pelos próprios agricultores em suas pequenas propriedades, na qual a mão de obra empregada é exercida pela própria família. Estas são características que diferem este sistema do modelo de agricultura capitalista, que viabiliza grandes propriedades, trabalha com monocultura e emprega mão de obra contratada ou assalariada. Como bem coloca Wanderley, 1996.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Wanderley nos sugere que o conceito de agricultura familiar não deve ser entendido de forma genérica, considerando, portanto, as várias formas que esta pode adquirir. Como afirma Hugues Lamarche “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE,1993).

Neste contexto, umas das várias formas sociais de agricultura familiar é o chamado "campesinato tradicional", que se estabelece como uma agricultura que possui vinculação direta com a propriedade, com o trabalho e com a família. (WANDERLEY, 1996). O campesinato deve ser compreendido então enquanto um movimento que possui formas de organização de relações sociais e modos de vida específicos.

O campesinato enquanto forma social possui suas bases alicerçadas na relação entre o trabalho e a família, na qual o papel da família se estabelece como um ponto primordial. Segundo Marques (2008), a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 1996.p. 4)

Além disso, é importante considerar que os(as) agricultores(as) familiares participam consideravelmente da produção dos alimentos consumidos no mundo.

Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) de 2014 sobre o Estado da Alimentação e da Agricultura (SOFA 2014, sigla em inglês):

Nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo são geridas por famílias, fazendo com que a agricultura familiar seja a forma mais predominante de agricultura e, conseqüentemente, um potencial e crucial agente de mudança para alcançar a segurança alimentar sustentável e a erradicação da fome no futuro. [...] A agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo.[...] A agricultura familiar é também guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo e, portanto, é fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica e dos recursos. Estão também entre os mais vulneráveis às conseqüências do esgotamento dos recursos e às alterações climáticas (Portal FAO Brasil, 07/06/2015).

Conforme analisa Jan Douwe van der Ploeg, professor da Universidade de Wageningen/Holanda, a agricultura familiar resiste ao modelo monocultor com a utilização, inclusive, de novos métodos que guardam imbricadas relações com a natureza, e conseguem aliar a diversidade produtiva com níveis produtivos elevados (PLOEG, 2009).

Como bem coloca Jean Ploeg, o campesinato deve ser percebido enquanto um movimento que está presente em nossa sociedade não só do passado, mas também do presente, sendo que o campesinato é explicado não somente tendo como referência as raízes do passado, pois “as realidades de hoje também o explicam” (PLOEG, 2008).

Um dos grandes desafios enfrentados pelo campesinato nos últimos anos é o avanço do capitalismo, que vem impondo um modelo de produção voltado à lógica do agronegócio, submetendo a produtividade e cultivo à forma da grande monocultura por meio do latifúndio e da concentração da propriedade da terra, cuja finalidade última é o lucro, vinculando consideravelmente sua prática agrícola aos interesses das corporações transnacionais. (SANTOS, 2012).

Este modelo aflorou com a chamada (pelos seus protagonistas) "Revolução Verde", na década de 1950. Este foi um momento em que as máquinas e as técnicas invadiram o meio rural, imprimindo suas leis com o discurso de garantir a segurança alimentar da população. (SANTOS, 2012). Tal modelo segue se fortalecendo no que hoje se denomina agronegócio.

De acordo com Porto-Gonçalves, a Revolução Verde representou mudanças de caráter político e ideológico, deixando de lado as questões sociais e políticas dos movimentos de resistências contra a fome (PORTO GONÇALVES, 2006). “A

Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico” (PORTO GONÇALVES, 2006. p. 226).

O campesinato tem demonstrado significativa resistência frente a tal modelo excludente, no sentido de manter relações de continuidade entre sociedade, natureza, produção e o cultivo da terra. No contexto da agricultura capitalista e empresarial, a agricultura camponesa que representa as pequenas unidades de produção, teve e tem sua importância colocada em segundo plano (PLOEG, 2008).

Partindo disso, um novo conceito surge para discutir os precedentes que envolvem os atores presentes no meio rural: a noção de recampesinização. Esta noção foi proposta por Ploeg e pode ser vista como uma forma de resistência da agricultura familiar frente ao mundo cada vez mais globalizado. Segundo o autor:

De fato, quando são considerados em conjunto, esses processos encontram sua coerência nas motivações dos camponeses de continuarem existindo e, dentro do possível, de prosperarem num mundo que lhes é cada vez mais hostil. Contrariando a antiga previsão do inevitável desaparecimento dos camponeses frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo, são exatamente eles e suas organizações que se apresentam nos dias de hoje, em plena era neoliberal, como uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização (PLOEG, 2009, p. 6).

Este movimento de "recampesinização" representa não só a resistência destes grupos ao poder econômico e político-ideológico que não reconhece o modo de vida e o modelo de produção da agricultura familiar, como também o surgimento de uma nova sociedade mais democrática (PETERSEN, 2009).

Essa possibilidade de democratização do modo de produção trouxe outro importante elemento para a agricultura familiar, a valorização dos saberes dos agricultores das comunidades rurais bem como a transmissão destes conhecimentos para as gerações futuras. Segundo Wanderley (1996):

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996).

Esse grande potencial intelectual precisa ser valorizado e, além disso, é preciso estabelecer um diálogo entre a sabedoria popular e o saber científico. (PETERSEN, 2009).

Partindo desse princípio, percebe-se a necessidade de que todo esse conhecimento não se perca ou fique apenas restrito a um mundo isolado e, assim, o conhecimento científico contribui e muito. Consideremos, pois, que não existe uma verdade e uma neutralidade na produção do conhecimento, Sendo assim, estes saberes precisam ser percebidos enquanto uma construção social na qual os atores envolvidos no processo são sempre os protagonistas (GOMES, 2006)

4 A COMUNIDADE CÓRREGO DO MARRECO

A comunidade Córrego do Marreco está localizada a 8 km da cidade de Coimbra-MG, possuindo aproximadamente cinquenta famílias, sendo que cada família é composta de dois a seis membros.

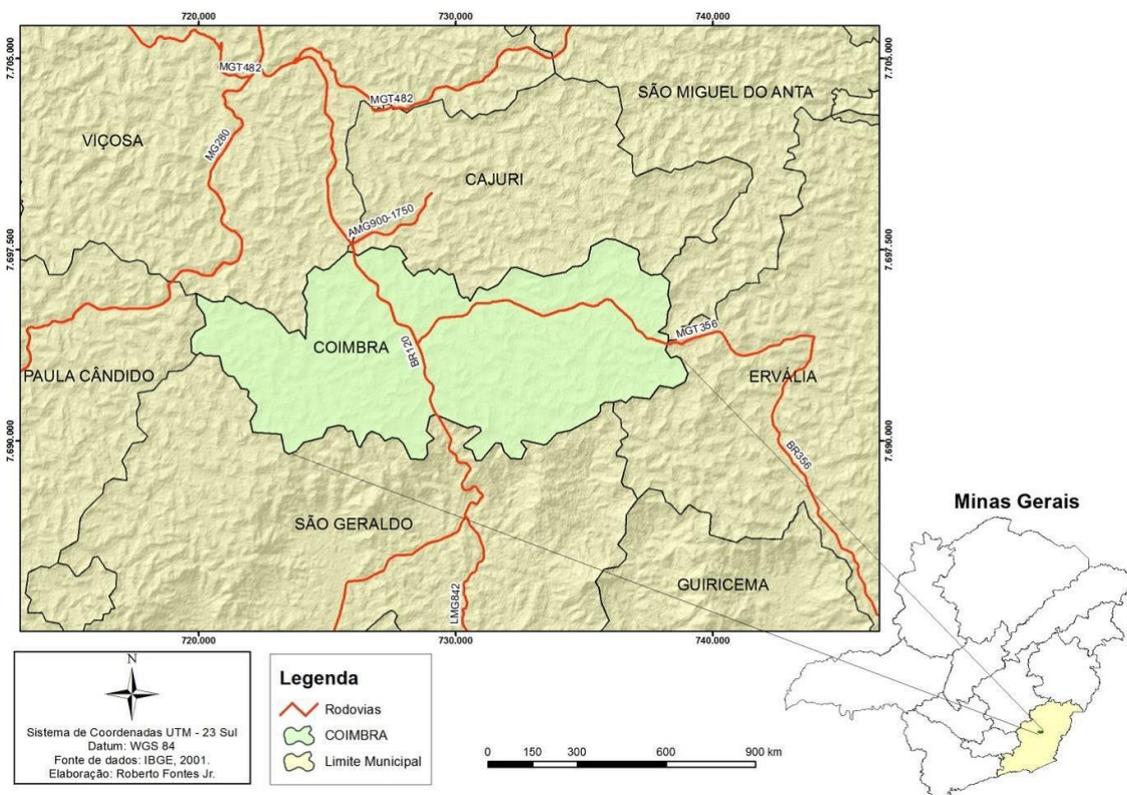


Figura Localização do município de Coimbra e municípios vizinhos
Fonte: Roberto Fontes Junior

A comunidade está localizada em um fundo de vale, marcas características do relevo de Mares de Morro. A paisagem é marcada por alguns resquícios de mata secundária do Bioma Mata Atlântica, observa-se também extensas áreas de plantações de eucalipto. A comunidade Córrego do Marreco é composta principalmente por uma população negra com predominância feminina.

A renda do local é basicamente gerada pela produção agrícola de legumes, frutas e hortaliças, a maior parte destes produtos é destinada ao comércio local das cidades de Coimbra e Viçosa, sendo Viçosa o principal destino. A outra parte é utilizada para a subsistência das famílias. Na comunidade encontramos dois perfis de organização: famílias que sobrevivem exclusivamente do cultivo da terra e do trabalho no campo, não possuindo outra fonte de renda (Figura 3 e 4).



Figura 2: Famílias que sobrevivem do trabalho no campo



Figura 3: Cultivo para venda de produtos

e famílias que cultivam os produtos apenas para a subsistência, tendo como fonte de renda o trabalho assalariado ou trabalhos informais chamado pelos moradores de “bicos” (Figura 5).



Figura 4: Cultivo de subsistência

Vale ressaltar ainda que, a maioria das famílias desta comunidade não exerce atividades com vínculo empregatício formal (carteira assinada), mas sim um trabalho que garante um salário para complementar a renda da venda dos produtos cultivados na terra.

O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido com um total de oito famílias da comunidade Córrego do Marreco (Tabela 1). As famílias serão identificadas utilizando letras maiúsculas do alfabeto.

Tabela 1: Caracterização das Famílias

Família	Membro	Principais cultivos	Destino final dos produtos	Outra fonte de renda
Família A	3	Frutas, legumes, hortaliças	Subsistência	Trabalho assalariado em propriedade particular
Família B	2	Frutas, legumes, hortaliças	Comércio local e subsistência	Não possui
Família C	2	Hortaliças	Subsistência	Aposentadoria
Família D	2	Frutas, legumes, hortaliças	Comércio local e subsistência	Não possui
Família E	5	Frutas, legumes, hortaliças	Comércio local e subsistência	Não possui
Família F	3	Frutas, legumes, hortaliças	Comércio local e subsistência	Não possui
Família G	3	Frutas, legumes, hortaliças	Subsistência	Pedreiro não assalariado
Família H	6	Frutas, legumes, hortaliças	Comércio local e subsistência	Não possui

A comunidade Córrego do Marreco ainda não vive uma experiência de relação com os saberes da academia ou de intervenção de Organizações não Governamentais (ONGs) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), no sentido de fortalecer e trazer a agroecologia. Diferente de outras cidades da Zona da Mata mineira que historicamente construiu sua consolidação agroecológica nos seus territórios, sendo hoje, referência para muitas cidades. (DUARTE, 2008).

Os moradores da comunidade relatam uma dificuldade em se aproximar dos órgãos como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo (EMATER) e STRS, ambos da cidade, principalmente por não se sentirem a vontade em relatar seus problemas e anseios. Além disso, o pagamento de taxas de sócios do sindicato e a percepção de que este órgão é destinado apenas a realizar atividades restritas a aposentadoria, por exemplo, dificulta ainda mais a aproximação dos agricultores com o sindicato.

Segundo relato de um agricultor *“eles chegam apenas falando que tem que contribuir com o sindicato pagando um pouco por mês, não falam o que eles podem fazer para gente, para melhorar a nossa vida na roça, dizem que quando agente precisar é só ir lá no sindicato, aí agente chega e fica esperando e quando vai olhar é uma burocracia para liberar as coisas”*. Observa-se aí que não é criada uma confiança entre ambas as partes.

Outra agricultora relata que a família participa do sindicato apenas para que sua aposentadoria seja mais fácil *“na minha casa a gente paga o sindicato para poder aposentar mais fácil, se não fica muito tempo até aposentar e para quem trabalha na roça e muito sofrido”*.

Em contrapartida a igreja católica se torna um articulador dos agricultores (as), exercendo um papel importante no diálogo com os agricultores e promovendo ações que possibilitem o dialogo entre os agricultores, sendo este diálogo fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e para agroecologia (ZANELLI, 2015). Segundo uma agricultora *“o padre informa depois da missa tudo que vai acontecer na EMATER, teve até semana da mulher rural e algumas pessoas daqui participaram, foi muito bom e aprendemos bastante, nunca tinha acontecido isso aqui na comunidade”*. Percebemos aí o papel da igreja católica enquanto grande incentivador da participação mais ativa dos agricultores (as).

Um dos questionamentos da entrevista era se os agricultores da comunidade gostavam de morar no campo, vale ressaltar que nas entrevistas, ao se referir ao campo foi utilizado a palavra “roça”, considerando que os agricultores(as) se identificam e utilizam mais esta terminologia para se referir ao local onde moram. Todas as famílias entrevistadas viveram toda a sua vida no campo, tendo como principal fonte de renda o trabalho com a terra. Das oito famílias entrevistadas somente um membro de uma das famílias afirma preferir morar na cidade, o que evidencia o sentimento de pertencimento e a identidade criada com o lugar. Os agricultores(as) afirmaram também que não pretendem sair do campo e que não se acostuariam com a vida na cidade.

Outro aspecto analisado foi em relação a fonte de renda dos moradores do Córrego do Marreco, cerca de 60% vêm da venda dos produtos cultivados na propriedade (Figura 6).

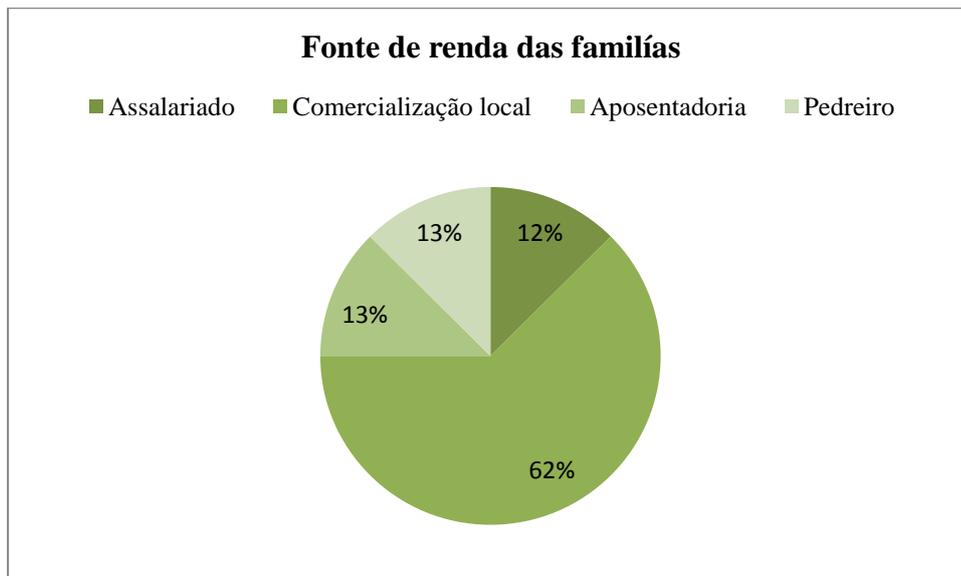


Figura 5: Fonte de rendas das famílias

Os dados evidenciam a importância do trabalho dos agricultores(as), que garante o sustento da família e alimenta o comércio local, possibilitando uma maior segurança alimentar para a comunidade. Além disso, evidencia a resistência dessas pessoas para permanecer no campo cultivando e vivendo da renda dos produtos cultivados nas propriedades.

Na entrevista também procurou-se identificar de que forma os agricultores aprenderam o trabalho na terra e como se deu este aprendizado. Todas as famílias responderam que tudo que aprenderam durante a vida foi passado pelo pai e pela mãe, as falas reforçaram o papel do mais velho enquanto figura central na família, segundo os agricultores (as) *“Eles falavam que a gente tinha que trabalhar que nada vinha de mão beijada. Me levava pequeno para roça, colocava no balaio e levava a gente. Ensinava a lua, ensinava que tinha que cortar com arado e colocar adubo e esterco”, “Meu pai ensinava serviço da roça e minha de mãe o serviço de casa”*. Os relatos reforçam que a vida no campo perpassa pelo passado, considerando os ensinamentos dos mais velhos e permanece no presente, se materializando no trabalho dos agricultores.

Ainda neste item, muitos agricultores(as) colocam como o modo de produção foi mudando, se antes o manejo da terra era com uso de técnicas que respeitavam a natureza como uso de enxada para capinar o mato, de esterco para aumentar os nutrientes do solo, hoje as técnicas científicas modernas invadiram o espaço rural obrigando os trabalhadores a utilizarem máquinas e venenos nas plantações. Em muitas falas aparece tal constatação *“Hoje capina com veneno e não com inchada. Hoje pra furar buraco*

usa máquina, a gente usava cavadeira, a estaca era cortada no machado, hoje é motosserra”; “Antigamente não colocava adubo, não colocava nada e a planta dava e dava mais do que hoje porque a terra era forte. Depois de muito tempo que eu vi colocando adubo”.

Também relatam a submissão aos fazendeiros, antigamente o regime de trabalho era realizado no que os agricultores(as) chamam de meeiro, na qual o fazendeiro cedia parte de sua propriedade para que o agricultor pudesse plantar. Esse sistema acontecia de forma desigual considerando que os fazendeiros, apesar de ceder a terra, exigia a maior parte da produção, obrigando-os a dividir a compra do adubo e exigindo o trabalho sem descanso, observa-se aí o modelo desigual e a exploração do trabalho no campo. Segundo os agricultores(as) *“Tinha pouca casa, só os mais atrasados morava na casa barreada e de sapé, como a minha família. Os fazendeiros moravam na fazenda, e a gente plantava a meia no terreno dos fazendeiros, quando a gente colhia tinha que dividir tudo. Eles só davam a terra. Se a gente parasse com a enxada em baixo do braço falava pra gente parar de dar mama para a enxada”; “O esterco era para o dono da fazenda e agente pagava a metade do adubo e metade da cortação de terra”.*

Outro momento da entrevista foi identificar as mudanças que ocorreram na comunidade ao longo dos anos. Perguntados sobre como era a comunidade Córrego do Marreco, as respostas apontam aspectos comuns: antes a comunidade tinha um número menor de casas que eram bem simples; não tinha luz e nem água de poço artesiano e as estradas não eram cascalhadas (Figura 7). Segundo os relatos *“Antes a comunidade era de terra, não tinha cascalho, tinha menos casa, não tinha luz, usávamos lamparina. As casas eram de sapé e barreada, na nossa casa a gente passava barro amarelo no chão e barro branco na parede. Também não tinha água a gente buscava na mina. Antes era todo mundo unido, tinha jogo de bola a gente brincava, era uma diversão muito boa, tinha mais diálogo”; “Tinha pouca casa, só os mais atrasados morava na casa barreada e de sapé, como a minha família” ;“Chovia muito, a gente ficava jogando bola quando chovia e a gente não ia pra roça. Antes tinha mais gente morano na roça, a família era maior, hoje a família é pequena. Antes tinha muito menino a gente fazia um time de bola com pouca família. As mulheres não punham limite no número de filhos, hoje as mulheres põe limite no número de filhos. Antigamente enquanto Deus mandava aceitava e era criado na enxada; “Na época não tinha luz, era lamparina,*

não tinha água dentro de casa e o banheiro era no meio do brejo, buscava água no balde e esquentava na panela.



Figura 6: Mapa da comunidade antigamente. Representação feita pelas famílias entrevistadas.



Figura 7: Construção do mapa participativo

Percebemos nesta última fala um jeito simples e humilde de vida mas, que em nenhum momento é visto de forma triste, durante as conversas em diversos momentos as histórias eram relembradas com risos e muito amor.

O trabalho procurou identificar também as principais mudanças ocorridas na comunidade e o que os moradores acharam dessas mudanças. De modo geral as mudanças dizem respeito a melhora na infraestrutura como luz elétrica, água de poço artesiano, pois antes tinham que buscar água na mina da propriedade (Figura 9). Um aspecto negativo das mudanças do campo está relacionado ao aumento da violência como colocado nos relatos *“Hoje tem mais violência e a gente tem mais medo, não deixo minha casa sozinha por medo de ser roubada”*; *“Antes não tinha droga e hoje tem, violência. Hoje os meninos não trabalham responde os pais”*. As falas dos moradores demonstram os aspectos positivos das mudanças *“Ela mudou muito. Agora aumentou muita casa, nos morava numa casa de sapé. A casa que eu moro foi construída com tijolo que meu marido fez. Quando começou a comunidade tinha só umas casinhas. A estrada não era cascalhada. Não tinha água nem luz, a água era buscada na mina lá no brejo”*; *“Mudou foi muito, hoje aqui é uma arraiá. Tem muita gente vindo para cá agora, gente mais rica pra construir sítio, mas eles ficam lá na grotá de cima”*.



Figura 8: Mapa da comunidade atualmente - elaboração coletiva.

Percebemos portanto, as varias faces presentes no meio rural, um espaço marcado por relações humanas, onde se desenvolve a cultura e a identidade. As relações dos agricultores(as) da Comunidade Córrego do Marreco também marcam um modo de vida específico, pautado no trabalho familiar e na relação com a terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui realizado permitiu compreender que a vida dos Agricultores (as) Familiares Camponeses (as) é por excelência, uma história marcada por lutas e conquistas frente a imposição do modelo político, econômico e ideológico do capital, herança esta do Brasil Colonial que marca o cenário agrário brasileiro. Essa herança marcou o processo de dominação e exploração da natureza pelos setores hegemônicos da nossa sociedade e as populações tradicionais enquanto parte desta natureza, também se tornou um ser dominado e explorado.

Os agricultores (as) familiares camponeses representam neste cenário hegemônico, um movimento de luta e resistência em meio à dominação e exploração das grandes empresas que, movidas pelo capital desconsideram as populações tradicionais, seus saberes e o seu modo de vida específico, baseado em uma relação com a natureza de forma integrada e que respeita a sustentabilidade dos Agroecossistemas. As análises das entrevistas evidenciaram tal fato considerando que os moradores da comunidade Córrego do Marreco permanecem no campo sobrevivendo dos produtos cultivados em suas propriedades.

Diante dos desafios enfrentados é de suma importância que os saberes dos agricultores (as) encontrem visibilidade nos mais diversos meios e espaços das diversas relações sociais como apresentado na pesquisa, promovendo assim, um diálogo e uma troca de saberes, principalmente no campo científico. Trazer para o espaço acadêmico os conhecimentos produzidos pelas comunidades que vivem no campo é um modo de questionar a universalização do saber, tal como se verifica na hegemonia da produção científica.

É de suma importância reconhecer e valorizar o riquíssimo e diversificado conhecimento dos agricultores (as) e a articulação entre o conhecimento científico e o saber popular é uma forma de se atingir tal objetivo. Como apresentado ao longo do trabalho um dos movimentos que atuam na promoção do diálogo e troca entre o saber popular e o saber científico é a Agroecologia.

Outro aspecto importante da pesquisa foi a metodologia utilizada, as entrevistas aplicadas se estabeleceram como uma ferramenta de aproximação com os agricultores, além disso, a elaboração coletiva dos mapas a fim de promover uma Cartografia Social, permitiu um envolvimento maior entre agricultor(a) e pesquisador, o que facilitou o processo de investigação, fato este evidenciado pela forma como o trabalho foi recebido pelos agricultores(as).

Em síntese o trabalho contribuiu de forma efetiva para compreender as nuances que envolvem o meio rural, de uma forma democrática e solidária foi possível mergulhar no dia a dia dos agricultores (as) e (re) viver com eles as histórias de lutas, conquistas e de muito trabalho.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Leônia et al. **Etnopedologia: uma abordagem das etnociências sobre as relações entre as sociedades e os solos**. Santa Maria, v.43, n.5, p.854-860, maio de 2013.

CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, E. **Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores**. Agriculturas - v. 3 - no 4 - dezembro de 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Conhecimento e Manejo Tradicionais; Ciência e Biodiversidade**. 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo, Fevereiro de 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>.

DIRCE, Maria Antunes Suertegaray. **Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade**. Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003.

DIRCE, Maria Antunes Suertegaray. **Geografia Física e Geografia Humana: uma questão de método um ensaio a partir da pesquisa sobre arenização**. 2010.

DUARTE, Edivânia Maria G, et al; **Terra Forte. Revista Agriculturas, V. 5 e nº 3, p. 7-10, 2008**.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FOLHES, Marcelo Teophilo; Danald, Nelson. **Previsões Tradicionais de Tempo e Clima no Ceará: o Conhecimento Popular à Serviço da ciência**, v. 19, n.2. p. 19-31, abril de 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2006). A nova desordem mundial. Viviane Oshima (copidesque). São Paulo, 2006. Fundação Editora da UNESP, 2005. 157p.

LANDER, Edgard. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LOSEKANN, Marilse Beatriz; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores **Territorialidades e saberes da agricultura familiar camponesa na localidade Costa do Bica, Piratini, RS**. Porto de Galinhas, 2010. Ponencia apresentada no VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural.

MILAGRES, Cleiton Silva. **O uso da Cartografia Social e da Técnicas Participativas no Ordenamento Territorial em projetos de Reforma Agrária.** julho de 2011.

Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local. Agriculturas- v. 3-nº 4- dezembro de 2006.

PETERSEN, Paulo. et al. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato.** Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. outubro de 2009.

PETERSEN, Paulo. *et al.* **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, Paulo. *et al.* **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der . et al. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. outubro de 2009.

Portal FAO Brasil (**Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**). <https://www.fao.org.br>. Acesso em 07/06/2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14 ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana.** GEOgrafia-AnoVIII -N. 16-2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** V. 2, São Paulo: Ática: 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder.** Revista Geográfica de América Central - Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1--17

SANTOS, Ricardo Menezes. **A Soberania Alimentar e a Produção Camponesa como Negação da Fome na Velha/Nova Ordem do Capital.** 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** xx Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. dezembro de 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. 2004. <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em 10/09/2016.

ZANELLI, Fabrício Vassali. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: contribuições dos intercâmbios agroecológicos.** 2015. 160 f. Tese (Mestrado em

Educação) – Programa de Pós Graduação, Universidade Federal de Viçosa , Viçosa.
2015.

8 ANEXOS: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Entrevista Família A:

1) Você sempre morou na roça.

R: *Sim.*

2) Você gosta de morar na roça:

R: *Sim.*

3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: *Trabalho de carteira assinada e trabalho na roça.*

4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: *Meu pai e minha mãe. Ele me levou pra roça com 12 anos, eles ensinavam tudo, a quantidade de semente pra por na cova, ensinava que a terra preta era boa para planta e que tinha que olhar a lua por que tinha um tempo certo para planta cada tipo de coisa.*

5) Como era sua comunidade?

R: *Antes a comunidade era de terra, não tinha cascalho, tinha menos casa, não tinha luz usávamos lamparina. As casas eram de sapé e barreada, na nossa casa a gente passava barro amarelo no chão e barro branco na parede. Também não tinha água a gente buscava na mina. Antes era todo mundo unido, tinha jogo de bola a gente brincava, era uma diversão muito boa tinha mais dialogo.*

6) O que mudou na sua comunidade?

R: *Agora a estrada é cascalhada, tem luz, ônibus, tem poço artesiano e as casas são boas. Hoje tem mais violência e a gente tem mais medo, não deixo minha casa sozinha por medo de ser roubada.*

7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?

R: *Foram boas, hoje a nossa vida é bem melhor, tem mais facilidade. Só a violência que é ruim.*

8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?

R: *A igreja faz muitas coisas na comunidade, o sindicato dos trabalhadores vem fazer reunião e ajuda para aposentar. Na minha casa a gente paga o sindicato para poder aposentar mais fácil, se não fica muito tempo até aposentar e para quem trabalha na roça e muito sofrido.*

Entrevista Família B:

1) Você sempre morou na roça.

R: *Sim, toda vida.*

2) Você gosta de morar na roça:

R: *Sim, gosto de morar no mato.*

3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: *Trabalho na roça e o trabalho do meu marido na fazenda, ele trabalha de carteira assinada.*

4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: *Meu pai. Aprendi a capina, planta milho, feijão. A gente pegava 7 horas e largava quando o sol estava entrando.*

5) Como era sua comunidade?

R: *Tinha pouca casa, só os mais atrasados morava na casa barreada e de sapé, como a minha família. Os fazendeiros moravam na fazenda, e a gente plantava a meia no terreno dos fazendeiros, quando a gente colhia tinha que dividir tudo. Eles só davam a terra. Se a gente parece com a enxada em baixo do braço falava pra gente parar de dar mama para a enxada. (risos)*

6) O que mudou na sua comunidade?

R: *Tudo mudou, as coisas melhoraram para o pobre.*

7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?

R: *Não pode falar que foram ruins não.*

8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?

R: *Sim. Eu não sei se eles ajudam não, não sei como funciona. A igreja faz muita coisa o padre informa depois da missa tudo que vai acontecer, teve até semana da mulher rural e algumas pessoas daqui participaram, foi muito bom e aprendemos bastante, nunca tinha acontecido isso aqui na comunidade.*

Entrevista Família C:

1) Você sempre morou na roça.

R: *Sim.*

2) Você gosta de morar na roça:

R: *Minha esposa prefere cidade, mas eu gosto de morar na roça.*

3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: *Pedreiro.*

- 4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: *Meu pai e minha mãe. Ensina fazer comida limpar casa, capinar. Meu pai ensinava serviço da roça e minha de mãe serviço de casa. Ensina tudo, mexer na terra, plantar.*

- 5) Como era sua comunidade?

R: *Tinha pouca casa.*

- 6) O que mudou na sua comunidade?

R: *Mudou foi muito, hoje aqui é uma arraial. Tem muita gente vido para cá agora, gente mais rica pra construir sítio, mas eles ficam lá na grota de cima.*

- 7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?

R: *Foram boas, melhorou muito a nossa vida.*

- 8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?

R: *Eles chegam apenas falando que tem que contribuir com o sindicato pagando um pouco por mês, não falam o que eles podem fazer para gente, para melhorar a nossa vida na roça, dizem que quando agente precisar é só ir lá no sindicato, aí agente chega e fica esperando e quando vai olhar é uma burocracia para liberar as coisa.*

Entrevista Família D:

- 1) Você sempre morou na roça.

R: *Sim.*

- 2) Você gosta de morar na roça:

R: *Gosto.*

- 3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: *Trabalho na roça.*

- 4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: *Meu pai. Ensinava plantar milho, feijão, arroz.*

- 5) Como era sua comunidade?

R: *Tinha menos casa, as estradas eram bem ruins, agora tá melhorando.*

- 6) O que mudou na sua comunidade?

R: *A estrada melhorou aumentou o número de casas, antes não tinha violência agora aumentou bastante.*

7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?

R: *As mudanças foram boas, só a violências que é uma coisa negativa.*

8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?

R: *Não, não ajudam com nada. Eles nunca vieram aqui para nada, só agora na política vieram umas pessoas do sindicato pedindo voto.*

Entrevista Família E:

1) Você sempre morou na roça.

R: *Sim*

2) Você gosta de morar na roça:

R: *Sim*

3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: *Trabalho na roça*

4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: *Com meu pai e minha mãe. Eles falavam que a gente tinha que trabalhar que nada vinha de mão beijada. Me levava pequeno para roça, colocava no baliaio e levava a gente. Ensinava a lua, ensinava que tinha que cortar com arado e colocar adubo e esterco. O esterco era para o dono da fazenda e agente pagava a metade do adubo e metade da cortação de terra. Capinava com enxada e não com veneno. Hoje capina com veneno e não com inchada. Hoje pra furar buraco usa máquina, a gente usava cavadeira, a estaca era cortada no machado, hoje é motosserra. Eu com 7 anos já cardiava boi. O mais velho da casa era meu pai, ele era o esteio da casa, ele ensinou tudo pra nós, para os oito filhos, tudo que sabemos da terra foi ele quem ensinou, ele sabia a época de plantar tudo, que lua podia plantar, que mês a gente fazia o que ele mandava até hoje eu faço do jeito que ele ensinou.*

5) Como era sua comunidade?

R: *Chovia muito, a gente ficava jogando bola quando chovia e a gente não ia pra roça. Antes tinha mais gente morando na roça, a família era maior, hoje a família é pequena. Antes tinha muito menino a gente fazia um time de bola com pouca família. As mulheres não punham limite no numero de filhos, hoje as mulheres põe limite no numero de filhos. Antigamente enquanto deus mandava aceitava e era criado na enxada. Na época não tinha luz, era lamparina, não tinha agua dentro de casa e o banheiro era no meio do brejo, buscava agua no*

balde esquentava na panela. Dia de sábado enxia o bale e tomava banho na bacia dia de semana só lavava o pé.

6) O que mudou na sua comunidade?

R: Agora nos temos luz, a casa tem água tem chuveiro, televisão. A primeira televisão que eu assiti eu fiquei com medo (risos). Antes não tinha droga e hoje tem, violência. Hoje os meninos não trabalham responde os pais.

7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?

R: as mudanças numa parte foi boa, os filhos hoje não obedece. Ter tiardo o trabalho das crinças não foi bom, ai eles entram no mundo das drogas e robam p ter alguma coisa.

8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?

R: Teve ter tido, mas eu nunca mexi. Não me ajudou não, mas pra muitas pessoas ajudou.

Entrevista Família F:

1) Você sempre morou na roça.

R: Toda vida

2) Você gosta de morar na roça:

R: Eu gosto

3) Qual a fonte de renda da sua família?

R: Aposentadoria

4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?

R: Aprendi com meus pais. Aprendi a panhar café, a capinar roça. Minha mãe ensina o trabalho de casa bem cedo, e a gente ia pra roça, com 16 anos eu trabalhava para os outros. di primeiro a terra era arada com boi e capinava com enxada. Meu pai ensina que a pra plantar feijão e milho era na lua minguante, na lua nova dava caruncho. Antigamente não colocava adubo, não colocava nada e planta dava e dava mais do que hoje porque a terra era forte. Depois de muito tempo que eu vi colocando adubo.

5) Como era sua comunidade?

R: Ela mudou muito. Agora lamentou muita casa, nos morava numa csa de sapé. A casa que eu moro foi construída com tijolo que meu marido fez. Quando começou a comunidade tinha só umas casinhas. As estrada não era cascalhada. Não tinha água nem luz, a a'gyua era buscada na mina lá no brejo.

- 6) O que mudou na sua comunidade?
R: *Mudou muita coisa. Hoje tem condução escolar e par ir para viçosa. hoje aumentou demais, teve muito melhoramento.*
- 7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?
R: *A luz melhorou muito, a estrada elhorou e tem luz. O ruim é a droga e roubo, a gente tá dentro de casa e fica com medo.*
- 8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?
R: *Tem em coimbra, mas eles não vem aqui só fala no rádio que quem precisa pode ir lá, mas nós não temos documento de terra.*

Entrevista Família G

- 1) Você sempre morou na roça.
R: *Na roça mesmo.*
- 2) Você gosta de morar na roça:
R: *Adoro*
- 3) Qual a fonte de renda da sua família?
R: *Do trabalho na roça, vendo verdura e legume.*
- 4) Com quem você aprendeu o trabalho na roça? De que forma esse aprendizado acontecia?
R: *Meu pai. Ele me ensinava a plantar, como covava, como plantava, o tanto de semente que tinha que colocar. Toda terra é boa para planta, a gente usava esterco de boi e arado de boi para afofar a terra.*
- 5) Como era sua comunidade?
R: *Tinha pouca casa, as casa foram aumentando. Não tinha luz, estrada não era cascalhada.*
- 6) O que mudou na sua comunidade?
R: *Mudou, hoje tem luz, antes era lamparina. A estrada melhorou.*
- 7) O que você achou das mudanças na sua comunidade?
R: *As mudanças foram boas. Não tem nada de ruim.*
- 8) Na sua comunidade tem intervenção e algum órgão como sindicatos, igrejas?
R: *O sindicato é de Coimbra, mas nem cá eles vêm.*